



## **2.2. POLÍTICA DE GERENCIAMENTO DE RISCO DE CRÉDITO**

---

## SUMÁRIO

2. Gerenciamento de Riscos.....	3
2.2. Política de Gerenciamento de Risco de Crédito .....	3
2.2.1. Conceito.....	3
2.2.2. Estrutura .....	5
2.2.3. Organograma.....	5
2.2.4. Papéis e Responsabilidades.....	6
2.2.4.1.Diretoria Executiva (resolução – CMN nº 4.606/17) .....	6
2.2.4.2.Diretor responsável -Estrutura simplificada gerenciamento contínuo de riscos	6
2.2.4.3.Conselho Fiscal .....	6
2.2.4.4.Compliance (atividade exercida pela Gerência) .....	6
2.2.4.5.Gerente .....	6
2.2.4.6.Atendimento .....	6
2.2.4.7.Financeiro.....	7
2.2.4.8.Auditorias .....	7
2.2.4.9.Política Institucional de Risco de Crédito .....	7
2.2.5. Gerenciamento de Riscos de Crédito .....	8
2.2.6. Aplicações Financeiras .....	8
2.2.7. Operações de Crédito.....	8
2.2.8. Ativos Problemáticos .....	9
2.2.9. Monitoramento do Risco de Crédito .....	9
2.2.10.Risco da Contraparte – Ente Consignante .....	11
2.2.11.Contrapartes Conectadas.....	11
2.2.12.Contratação Com Partes Relacionadas .....	11
2.2.13.Considerações Finais .....	12

---

## 2. Gerenciamento de Riscos

### 2.2. Política de Gerenciamento de Risco de Crédito

A presente política de gerenciamento de risco de crédito tem como desígnio implantar na **Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Funcionários da Bombril - COOPERBOMBRIL** um modelo de administração do gerenciamento de risco de crédito que permita identificar, aprovar e controlar riscos.

Tem por objetivo promover a adequação das atividades operacionais da **COOPERBOMBRIL** em conformidade com as resoluções do Conselho Monetário Nacional – CMN nºs 2.682/99, 2.697/00 e 4.606/17 considerando o porte e complexidade da **COOPERBOMBRIL**, sendo do segmento “*capital x empréstimo*”.

É relevante destacar a existência de apoio incondicional concedido pela mantenedora em que todos os valores referentes às parcelas de empréstimos dos associados, são repassados à **COOPERBOMBRIL**.

No gerenciamento de risco de crédito a modalidades de crédito praticadas pela **COOPERBOMBRIL** têm garantia do crédito, na consignação da folha de pagamento dentro do limite de 30% do salário do associado e no débito em conta corrente do associado na data do crédito do seu salário. Considera-se que estando com a parcela dentro do limite citado, não há necessidade de análise de crédito específica para liberação do crédito, desde que o sistema rigorosamente parametrizado de acordo com as especificações de cada linha de crédito, bastando as alçadas de 2 (dois) diretores ou 1 (um) procurador e 1 (um) diretor para liberação na conta corrente do associado.

Dada a característica da **COOPERBOMBRIL** a composição da carteira de empréstimos é diversificada em relação aos tomadores, portanto, não exposta a riscos significativos para fins do gerenciamento do risco de concentração.

Essa estrutura simplificada de gerenciamento contínuo de risco deve identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar e mitigar o risco de crédito.

#### 2.2.1. Conceito

Define-se Risco de Crédito conforme resolução – CMN nº 4.606/17, baseada na exposição da **COOPERBOMBRIL** como possibilidade de ocorrência de perdas associadas:

- I. ao não cumprimento pelo tomador ou contraparte de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados;

- 
- II. a desvalorização de contrato ou redução de remunerações e de ganhos esperados em instrumento financeiro decorrentes de deterioração da qualidade creditícia da contraparte ou do interveniente; e
  - III. aos custos de recuperação de exposições caracterizadas como ativos problemáticos.

A definição de risco de crédito inclui ainda, o risco de concentração entendida como a possibilidade de perdas associadas a exposições significativas:

- i. a uma mesma contraparte (associado);
- ii. a contrapartes entre as quais se verifique relação de controle, quando uma das contrapartes detém, direta ou indiretamente, mais de 50% (cinquenta por cento) do capital votante da outra contraparte;
- iii. a contrapartes com atuação em um mesmo setor econômico, região geográfica ou segmento de produtos ou serviços;
- iv. associadas a um mesmo tipo de produto ou serviço financeiro; e
- v. cujo risco é mitigado por um mesmo tipo de instrumento.

As decisões de exceção às normas e aos limites estabelecidos para a realização de operações serão tomadas de forma colegiada e serão acompanhadas de maneira destacada no âmbito da Diretoria Executiva da entidade, com base em informação fornecida pela equipe da cooperativa.

Os empréstimos solicitados pelos associados, considerando a disponibilidade financeira da **COOPERBOMBRIL** e o atendimento aos objetivos básicos do associado, poderão ser pagos conforme a política de empréstimos, obedecendo:

- i. carência;
- ii. os limites de crédito;
- iii. garantias;
- iv. taxa de juros;
- v. a capacidade de pagamento e;
- vi. os prazos para pagamento.

Cabe ao quadro funcional da **COOPERBOMBRIL** avaliar a capacidade de pagamento dos associados por meio da exigência parcela estar dentro dos 30% do salário, dentre outros requisitos indicados na política de crédito.

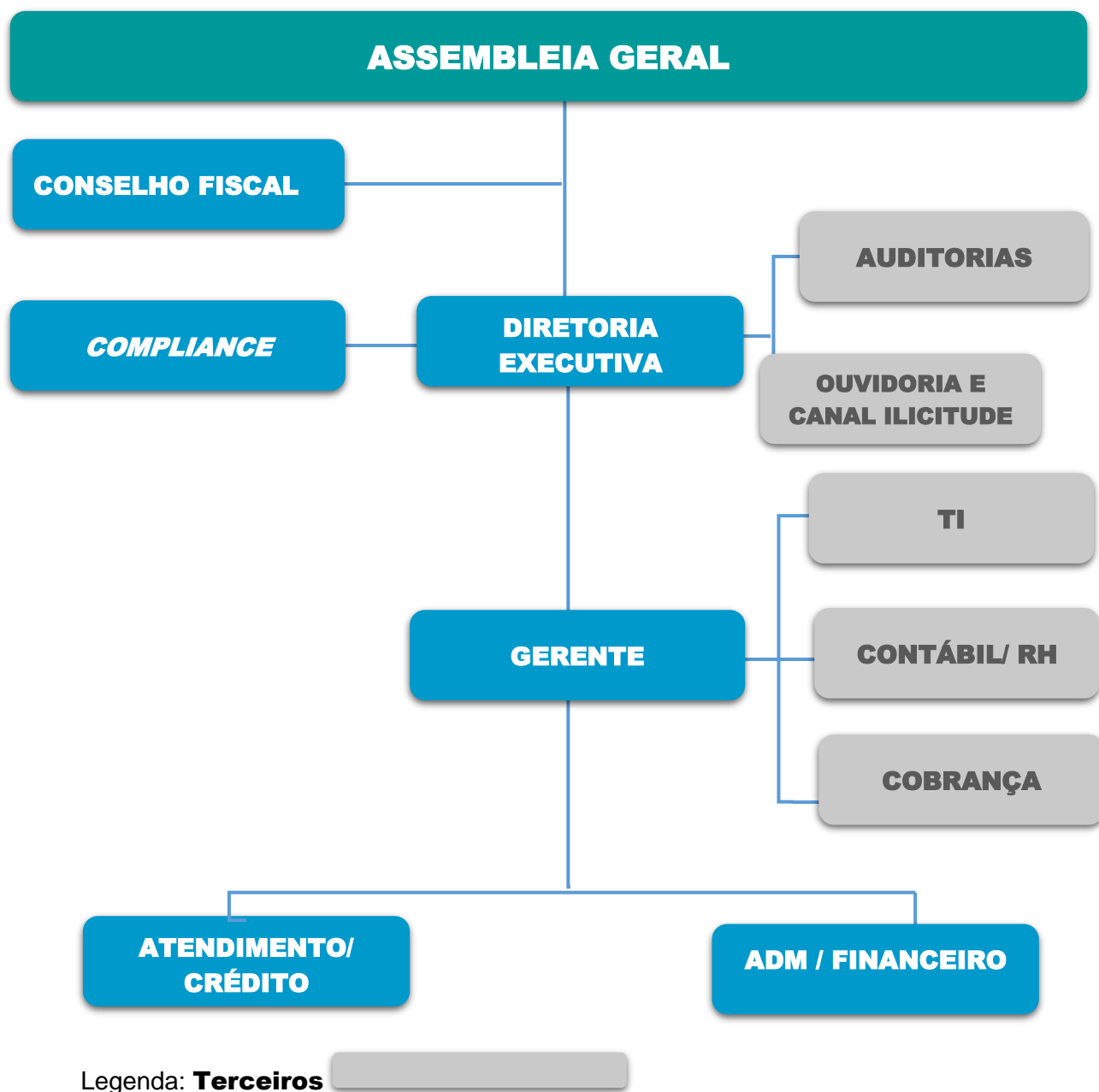
Os empréstimos são analisados e concedidos conforme a disponibilidade, demanda, capacidade financeira, de acordo com a gestão da **COOPERBOMBRIL** e os preceitos da política.

### 2.2.2. Estrutura

A estrutura de Gerenciamento do Risco de Crédito da **COOPERBOMBRIL** é compatível:

- i. com a complexidade dos produtos (opera somente com empréstimos consignados em sua totalidade) e;
- ii. proporcional à dimensão da exposição ao risco de crédito da natureza das operações (níveis de risco concentrados de 100% em “A”).

### 2.2.3. Organograma



---

#### **2.2.4. Papéis e Responsabilidades**

##### **2.2.4.1. Diretoria Executiva (resolução – CMN nº 4.606/17)**

- i. Aprovar os processos de análise e concessão de crédito e as regras de negócio dos produtos da **COOPERBOMBRIL**

##### **2.2.4.2. Diretor responsável - Estrutura simplificada gerenciamento contínuo de riscos**

- i. promover pesquisa, desenvolvimento e inovação, de forma integrada aos controles e monitoramento dos riscos de crédito, visando a excelência em tecnologia e o desenvolvimento sustentável equilibrado;
- ii. Subsidiar e participar do processo de tomada de decisões estratégicas relacionadas ao gerenciamento de risco de crédito, auxiliando a Diretoria Executiva;
- iii. Avaliar o resultado dos indicadores do gerenciamento de risco de crédito com o apoio da gerência.

##### **2.2.4.3. Conselho Fiscal**

- i. Avaliar a execução da política de crédito no tocante ao processo de aprovação/liberação, existência de exceções e a regularidade do recebimento dos créditos e a recuperação de créditos / inadimplentes.

##### **2.2.4.4. Compliance (atividade exercida pela Gerência)**

- i. Responsável pela execução de atividades periódicas de gerenciamento e monitoramento de Risco de Crédito;
- ii. Preparar o resultado dos indicadores do gerenciamento de risco de crédito.

##### **2.2.4.5. Gerente**

- i. Subsidiar o Diretor responsável no monitoramento do risco de crédito;
- ii. Supervisionar o processo de análise e concessão de crédito;
- iii. Aprovar os empréstimos conforme política de crédito e regras de negócios estabelecidas pela Diretoria Executiva.

##### **2.2.4.6. Atendimento**

- i. Atender e fazer a primeira análise dos pedidos de empréstimos (via portal colaborador, e-mail, whatsapp ou pessoalmente) conforme política de crédito e regras de negócios.
- ii. Análise das operações de crédito;
- iii. Repassar as análises efetuadas para validação da Diretoria Executiva;
- iv. Subsidiar o Diretor responsável na avaliação do resultado do gerenciamento de risco de crédito;
- v. Pré-aprovar os empréstimos conforme política de crédito e regras de negócios estabelecidas pela Diretoria.

- 
- vi. Importar para o sistema de folha de pagamento os valores dos empréstimos a serem creditados e descontados em folha de pagamento, até o dia 19 de cada mês ou de acordo com calendário informado pelo RH da Mantenedora;
  - vii. Acompanhar o resultado do retorno da folha no final do mês checando as inconsistências e providenciando as regularizações no sistema;
  - viii. Arquivamento dos contratos;
  - ix. Efetuar e controlar o processo de cobrança de parcelas vencidas de associados e ex-associados, se houver.

#### **2.2.4.7. Financeiro**

- i. Cadastrar no banco (módulo sispag com Itokens com alçadas específicas de cadastro) os empréstimos para liberação pelos diretores (com os respectivos Itokens);
- ii. Exercer o processo de cobrança de parcelas vencidas de associados e ex-associados.

#### **2.2.4.8. Auditorias**

- i. Realizar por amostragem as operações de crédito concedidas visando validar todo o processo passando pela solicitação, análise, aprovação conforme as alçadas, formalização e guarda dos instrumentos de crédito;

#### **2.2.4.9. Política Institucional de Risco de Crédito**

A Diretoria Executiva estabelece que a política institucional de risco de crédito será baseada nas normas internas, boa prática de governança corporativa, transparência e atendimento às resoluções específicas do Conselho Monetário Nacional.

Acrescenta-se o conhecimento das rotinas, ética, padrões de contabilidade e aspectos organizacionais.

As operações de crédito devem atender aos princípios de seletividade, garantia, liquidez e diversificação de riscos e a concessão de crédito ou adiantamento sem a constituição de título adequado.

A política institucional de risco de crédito visa:

- i. assegurar uniformidade nas decisões;
- ii. aperfeiçoar a administração do risco;
- iii. garantir a integridade dos ativos de crédito;
- iv. analisar os níveis adequados de exposição a perdas;
- v. elevar os padrões de qualidade, sem perder o foco na geração de resultados, nas questões econômicas e sociais;
- vi. abranger os aspectos operacionais da **COOPERBOMBRIL**

---

### 2.2.5. Gerenciamento de Riscos de Crédito

A **COOPERBOMBRIL** objetiva a mitigação de riscos já que as modalidades relevantes de empréstimos são baseadas na condição de que a soma das parcelas mensais não ultrapasse 30% do salário do associado ou o débito em conta corrente do associado na data do crédito do salário.

Para fins do gerenciamento do risco de crédito, considera-se conforme resolução – CMN nº 4.606/17:

- I. **contraparte:** o tomador de recursos no caso o associado, o garantidor e o emissor de título ou valor mobiliário adquirido (aplicações financeiras em outras instituições); e
- II. **reestruturação de instrumentos financeiros:** renegociação que implique a concessão de vantagens à contraparte em decorrência da deterioração da sua qualidade creditícia ou da qualidade creditícia do interveniente (ocorre quando o associado realiza procedimentos de acordo judicial ou extrajudicial).

### 2.2.6. Aplicações Financeiras

Por estarem sujeitas ao risco de crédito, as aplicações financeiras ou os títulos/valores mobiliários adquiridos contabilizados como aplicações financeiras sempre serão em instituições de primeira linha com liquidez imediata dentre opções seletas. À princípio, indicado pelos gerentes daquelas instituições, validadas pelo financeiro da **COOPERBOMBRIL** e levadas para aprovação pela Diretoria Executiva para que sejam efetivadas.

### 2.2.7. Operações de Crédito

A política de empréstimos adotada pela **COOPERBOMBRIL** além de atentar-se aos níveis de riscos operacionais, preocupa-se também com os limites máximos de concentração dos percentuais de comprometimento do Patrimônio de Referência – PR – mesmo tendo ciência da diversificação da carteira de crédito, do processo de análise de crédito e deferimento de operações e de auditoria dessas práticas, no âmbito de controles internos e demonstrações contábeis. Os limites seguem contidos na resolução – CMN 4.677/18 conforme segue.

A **COOPERBOMBRIL** como é cooperativa de crédito não filiada a cooperativa central, o montante máximo deve ser de 15% (quinze por cento) do Nível I do PR da instituição. A Diretoria Executiva deliberará sobre a assunção de exposição que resulte em exposição total perante um mesmo cliente superior 10% (dez por cento) do Nível I do PR.



Apesar da composição da carteira de empréstimos ser bastante pulverizada, a **COOPERBOMBRIL** deve limitar o total de suas exposições concentradas ao montante máximo de 600% (seiscentos por cento) do seu **PRS5**. Considera-se exposição concentrada a exposição total perante um mesmo associado com valor igual ou maior do que 10% (dez por cento) do Nível I do PR. Por meio da análise do maior devedor já se verificará no monitoramento dos indicadores a adequação desse limite.

A concessão de crédito é considerada como porta de entrada no relacionamento operacional com o associado. Abrange a análise do valor solicitado, o percentual na folha de pagamento, a capacidade de pagamento do associado, a garantias, prazos, taxas e o risco oferecido na operação.

A **COOPERBOMBRIL** utiliza método aprovado pela Diretoria Executiva, definindo a probabilidade de inadimplência e o limite de exposição, com adoção de taxas de juros competitivas e forma de recebimento através da folha de pagamento dentro dos padrões mínimos de riscos. Quanto à análise da operação, a **COOPERBOMBRIL** busca compatibilizar a oferta do crédito ao perfil e à capacidade de pagamento do associado, sempre considerando a sua margem de consignação.

A avaliação e o comparativo das taxas das demais instituições financeiras são os balizadores e referência na construção das políticas da **COOPERBOMBRIL**. O objetivo é oferecer condição mais favorável ao associado.

Estas medidas visam garantir uniformidade nos processos e decisões, integridade dos ativos, relação de risco e retorno em níveis sustentáveis e atender às exigências e normas legais.

#### 2.2.8. Ativos Problemáticos

Existe um apoio concedido pela mantenedora em que todos os valores referentes às parcelas de empréstimos dos associados, são repassados à **COOPERBOMBRIL**, e não há ocorrência relevante sobre as parcelas debitadas na folha de pagamento do associado, o que reflete na inexistência de créditos problemáticos.

#### 2.2.9. Monitoramento do Risco de Crédito

A Diretoria Executiva para que possa exercer o gerenciamento de risco de crédito necessita avaliar os seguintes pontos:

- i. Indicadores de inadimplência;
- ii. Porcentuais por tipo de modalidade e sua evolução;
- iii. Sinais de deterioração da qualidade de crédito;

- iv. Aumento dos índices de inadimplência por nível de risco;
- v. Aumento dos índices de migração para níveis de classificação com maior grau de risco.

A avaliação da deterioração da qualidade de crédito deve considerar a evolução histórica e as projeções para o volume de ativos problemáticos, as reestruturações/renegociações de crédito e baixas a prejuízo de contratos, comparando-as com o nível de provisionamento constituído pela entidade para tais exposições.

A **COOPERBOMBRIL** conduzirá os débitos em atraso, se houver, com base na legislação e procedimentos éticos de cobrança. Periodicamente a **COOPERBOMBRIL** monitorará os eventos de estresse da carteira com informações internas e externas, a fim de acompanhamento da exposição dos riscos e para tomada de decisão da Diretoria Executiva.

Caso ocorra alguma ocorrência relatada acima a Diretoria Executiva deverá discutir ações mitigadoras de risco para analisar e procurar adequar tais ocorrências, sempre visando adequar o risco exposto.

Apresentamos quadro descritivo modelo a ser acompanhado periodicamente com a evolução dos níveis de riscos da **COOPERBOMBRIL** (está destacado na política de indicadores):

Nível de Risco	dez/21		dez/20		dez/19	
	Valores	%	Valores	%	Valores	%
A	14.526.852,28	75,11%	12.132.284,20	70,93%	10.747.673,37	68,74%
B	2.703.923,32	13,98%	3.079.608,11	18,00%	2.966.419,62	18,97%
C	2.110.727,97	10,91%	1.893.795,31	11,07%	1.921.667,27	12,29%
D	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%
E	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%
F	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%
G	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%
H	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%
<b>Total</b>	<b>19.341.503,57</b>	<b>100,00%</b>	<b>17.105.687,62</b>	<b>100,00%</b>	<b>15.635.760,26</b>	<b>100,00%</b>

A concentração gira em torno de 87% nos níveis “A” e “B” o que indica mitigação satisfatória, bem como referenda o apoio da empresa mantenedora, conforme citado anteriormente, que repassa os valores referentes a crédito consignado, ocasionando uma mitigação da inadimplência na cooperativa.

### 2.2.10. Risco da Contraparte – Ente Consignante

A **COOPERBOMBRIL** conforme estatuto social atua com os empregados do **Grupo Econômico Bombril S/A** alcançando em média aproximadamente 90% dos colaboradores da mantenedora.

A Diretoria Executiva em consonância com as diretrizes estabelecidas deve analisar anualmente as condições mercadológicas em que a Cooperativa está inserida, planos e projeções orçamentárias, considerando o risco de crédito que pode ser afetado por condições de mercado. Considera-se inicialmente o histórico existente desde a fundação da **COOPERBOMBRIL** e o índice de associação dos empregados do **Grupo Econômico Bombril S/A I** (próximo a 90%) na cooperativa. A partir daí, agregam-se eventuais informações relevantes trazidas pelo exercício da atividade dos diretores executivos da **COOPERBOMBRIL** nas suas funções no **Grupo Econômico Bombril S/A**, que vise alcançar risco para as atividades da cooperativa, nesse caso, deverá ser debatida internamente e medidas serem implantadas conforme o assunto. Além disso, como forma possível de evidenciar, a consulta de órgãos de proteção ao crédito, tais como Serasa, CDL, certidões negativas federal, estadual e municipal da **Grupo Econômico Bombril S/A**.

### 2.2.11. Contrapartes Conectadas

Para as instituições no S5, o conceito de contrapartes conectadas é que deverá ser considerada como um só associado para fins da aplicação dos limites, sendo a conexão entre contrapartes ocorrendo pela relação de controle ou pela existência de dependência econômica entre elas. Ou seja, no caso da **COOPERBOMBRIL** os associados cônjuges possuem sua própria renda (salário), somente haveria contrapartes conectadas na situação de dependência econômica. Considerando ainda a inexistência de associados PJ – Pessoa Jurídica.

O critério estabelecido no caso de capital é a limitação estatutária de no máximo 30% de concentração e na carteira de empréstimos a normatização de concessões até 15% do PR, conforme resolução – CMN 4.677/18. O acompanhamento se dará pela ocorrência da pulverização da carteira de crédito em índices abaixo de 3% entre os 10 maiores devedores a ser acompanhada pelos indicadores de monitoramento de riscos.

### 2.2.12. Contratação Com Partes Relacionadas

Eventuais concessões a partes relacionadas – Diretoria, Conselho Fiscal e cargos de gestão na **COOPERBOMBRIL** seguirão o mesmo critério definido na política de empréstimos para os demais associados. Como as regras serão as mesmas

estabelecidas para os associados a **COOPERBOMBRIL** a Diretoria entende que não há necessidade para criação de política específica – vide item **4.14. Política de Partes Relacionadas**.

### **2.2.13. Considerações Finais**

Com base nos resultados dos indicadores a Diretoria Executiva da **COOPERBOMBRIL** avaliará individualmente cada indicador observando a manutenção dentro dos parâmetros regulamentares exigidos e/ou da política interna da cooperativa.

Em caso de situação de desenquadramento, o gestor ou o responsável pelo *Compliance* avaliará a causa e submeterá o assunto para avaliação do Diretor Responsável pela estrutura simplificada gerenciamento contínuo de riscos para a decisão quanto às providências a serem tomadas, quando aplicável.

A Política de Gerenciamento de Risco de Crédito será aprovada e revisada, a cada 2 (dois) anos, ou quando houver exigências / alterações dos órgãos normativos pela Diretoria Executiva, da **COOPERBOMBRIL** que deverá assegurar sua divulgação, bem como manter documentação relativa à disposição do Banco Central do Brasil.

Este documento é parte integrante da estrutura de controles internos e gerenciamento de riscos. Estrutura completa no **ANEXO I - ESTRUTURA DE CONTROLES INTERNOS E GERENCIAMENTO DE RISCOS** destacada no grupo **1. Estrutura**, item: **1.1 – ESTRUTURA DE CONTROLES INTERNOS**.

Marcus Fraga Rodrigues  
Diretor Presidente

João Carlos Dias  
Diretor Secretário

Emerson Aparecido Sampaio  
Diretor Tesoureiro